

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

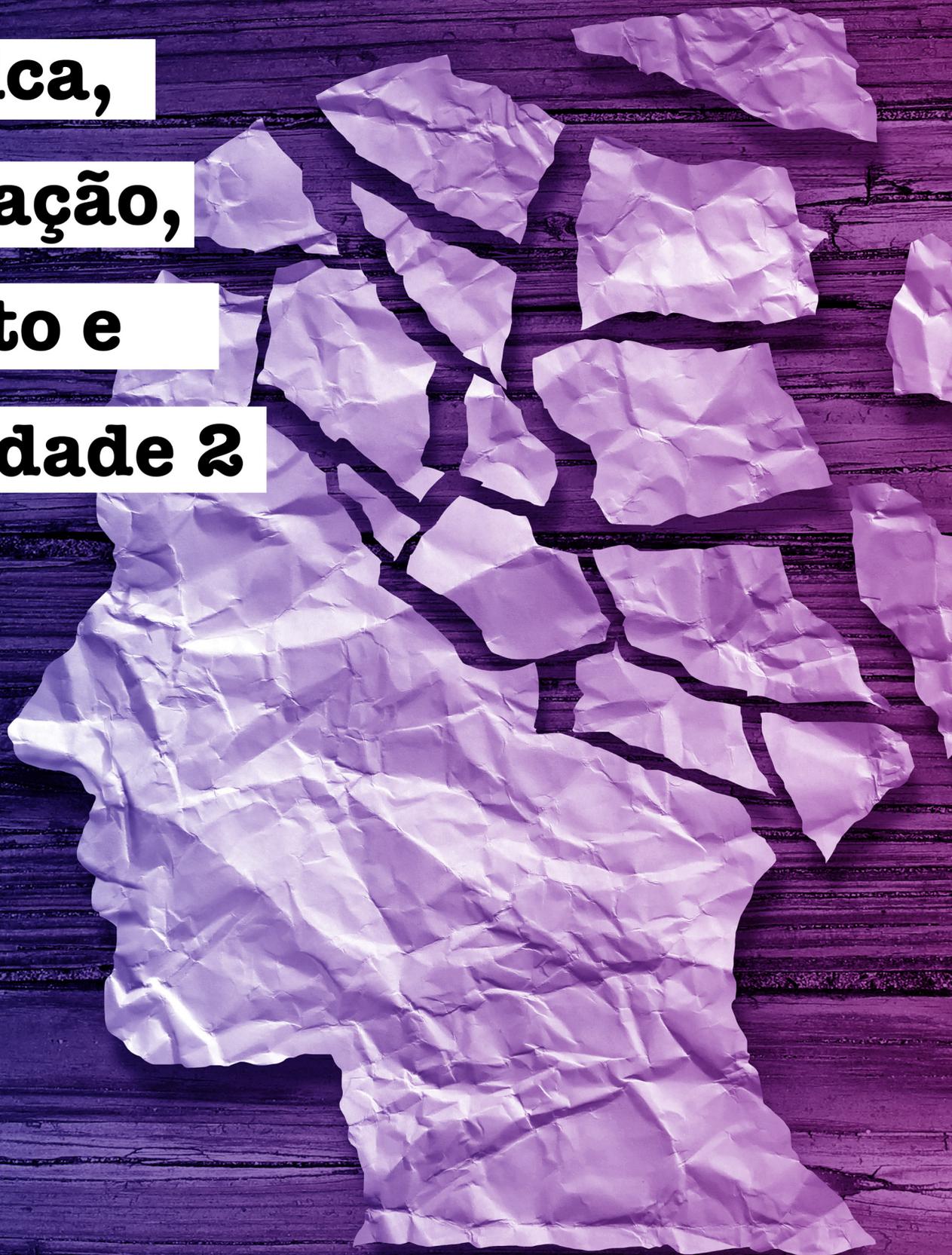
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa	
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira	
Rodrigo Nicéas Carneiro Leão	
Tatiana Cristina dos Santos Araújo	
Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva	
Thayane Lopes Miranda	
Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Suerda Maria Nogueira do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal/Rio Grande do Norte

José Moisés Nunes da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal/Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo apresenta um levantamento das pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. A pesquisa é de caráter exploratório-descritivo e foi realizada no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional. Identificamos apenas dez dissertações, as quais abordam a implementação do Programa, as melhorias nas condições físicas oferecidas às escolas, as concepções de Ensino Médio Integrado (EMI) contida em sua proposta e as formas de gerenciamento desde a União até os entes federados.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Brasil Profissionalizado; Produções acadêmicas; banco de teses e dissertações da CAPES.

ABSTRACT: This article presents a survey

of the researching works on *Programa Brasil Profissionalizado* (Professional Brazil Program). The research is exploratory and descriptive and it was carried out in the thesis and dissertations repository of *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) (Coordination of Improvement of Higher Education Personnel), with the objective of identifying the scientific productions that discuss this professional education policy. We have identified only ten dissertations, which address the implementation of the Program, the improvements in the physical conditions offered to schools, the conceptions of Ensino Médio Integrado (EMI) (integrated high school education) contained in its proposal and management forms from union government to the federated entities.

KEYWORDS: Professional Brazil Program; Academic productions; CAPES thesis and dissertations bank.

1 | INTRODUÇÃO

É imprescindível a necessidade da compreensão histórica e política acerca das políticas de educação profissional no Brasil, pois com isso poderemos apreender as marcas históricas que as cercam e como isso se reflete na postura educacional do país no século

XXI. Assim, ancorados na necessidade da busca pela compreensão dos estágios da produção e regulamentação de políticas públicas para educação é que desenvolvemos esse trabalho, cujo tema é o Programa Brasil Profissionalizado (PBP).

Compreendemos que um pesquisador ao cogitar a possibilidade de um tema para trabalho, geralmente o faz partindo de algo sobre o qual já possui algum conhecimento. No entanto, mesmo já tendo afinidade com o assunto pensado, se faz necessário a busca por leituras atuais que o aborde objetivando a análise da viabilidade da pesquisa em questão. Dessa maneira, vai tornando o conhecimento sobre as produções que envolvem o objeto a ser pesquisado, ação imprescindível para o bom desenvolvimento do projeto. Assim, a revisão das produções é um processo fundamental nesse quesito, uma vez que ela promove “[...] um mapeamento teórico do estado atual de conhecimento sobre o tema (CASTRO, 2001, p. 5)”.

Todavia, é importante ressaltar que nenhuma revisão da literatura irá esgotar o que se produziu sobre a área de conhecimento em questão. O exercício aqui promovido visa a uma aproximação com o tema a ser trabalhado, buscando a promoção de um diálogo entre as produções encontradas acerca do PBP, tema dessa pesquisa.

O PBP foi instituído pelo Decreto nº 6.302, em 12 de dezembro de 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Para tanto, o governo federal se responsabilizou por prestar assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação dessa oferta educacional, inclusive na modalidade à distância, na rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, subsidiariamente, incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar, proporcionando-lhes a elevação da escolaridade. (BRASIL, 2007).

Entre os objetivos do Programa é imperioso destacar, a reestruturação do ensino médio, combinando formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos e o incentivo ao retorno de jovens e adultos ao sistema escolar. (BRASIL, 2007).

Esses objetivos, evidenciam a tentativa do governo federal em promover a integração do ensino médio com a educação profissional, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, apontando para a possibilidade da superação da histórica dualidade estrutural entre essas duas trajetórias educativas.

Vale ressaltar, que as redes públicas estaduais de educação, oferecem, predominantemente, o ensino médio na forma propedêutica, isto é, um curso de formação geral cujo objetivo é preparar o estudante para ingresso no ensino superior e, portanto, apartado da educação profissional. Tanto é assim, que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, dispõe que o ensino médio, atendida àquela formação, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (BRASIL, 1996).

Com efeito, o processo desta investigação ancorou-se no levantamento das

produções científicas (dissertações e teses) acerca do PBP, tendo como enfoque o processo de sua criação e as ações promovidas em busca de sua materialização, na tentativa de desvelar os procedimentos que justificam a promoção e a implantação desse Programa.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A título de facilitar o entendimento dos movimentos envolvidos para construção desse trabalho e conseqüentemente cumprir o objetivo proposto dividimos a realização do mesmo em quatro estágios (Figura 1) são eles: 1 – seleção do *locus* para pesquisa; 2 – levantamento das publicações; 3 – seleção do material por meio de leituras prévias e fichamentos; 4 – análise de correlações.



Figura 1: Estágios para construção do trabalho

Fonte: Elaborado pelos Autores em 2017.

O primeiro estágio foi relevante, uma vez que há atualmente um grande número de canais de difusão de publicações científicas e acadêmicas. Elegemos o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha se deu em virtude da mesma ser vinculada ao Ministério da Educação e promover acesso e divulgação da produção científica de forma rápida, segura e eficiente, além de disponibilizar o acesso a teses e dissertações, que por sua vez apresentam discussões mais aprofundadas sobre suas pesquisas.

No segundo estágio, foi realizado o levantamento das produções que tratam sobre o PBP. Para isso, selecionamos como descritor, sem atribuir filtros, o próprio

nome do Programa, o que nos revelou um total de 240.229 produções.

Ao iniciarmos a leitura dos títulos desses trabalhos, percebemos que muitos não tratavam especificamente sobre o PBP, apenas faziam referência a ele ou aos termos de forma desconectada.

Assim sendo, para restringir nossa pesquisa a trabalhos que tratassem diretamente sobre o Programa, refizemos a busca conferindo um filtro ao descritor, ou seja, utilizamos aspas duplas no momento da busca, o que de fato nos possibilitou um resultado com um total de 10 produções científicas que tratavam diretamente sobre o PBP. O levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES foi realizado no dia 31 de julho de 2017.

Posteriormente, no terceiro estágio, os títulos levantados foram analisados, fichados e, em seguida, distribuídos em categorias estabelecidas com base nos temas centrais de cada trabalho. As categorias utilizadas foram: 1) implementação do PBP; 2) estrutura física; 3) gerenciamento; e 4) função formativa do ensino médio integrado. Essas ações possibilitaram a “focalização progressiva do problema” (ALVES, 1991), isto é, nos permitiu uma ótica mais acurada acerca das questões que circundam o nosso objeto de investigação.

Por fim, o quarto estágio deste exercício englobou uma análise de correlações, que por sua vez buscou estabelecer conexões entre aquilo que foi lido e fichado e a problemática desta investigação – o PBP –, assim como desvelar quais as categorias que mais foram abordadas sobre o objeto em questão nas produções encontradas no banco de teses e dissertações da CAPES.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 10 produções científicas acerca do PBP identificadas, todas dissertações, oito foram desenvolvidas em Programas de Mestrados Acadêmicos e duas de Mestrados Profissionais, conforme exposto no Quadro 1.

Nº	Autor(a)	Título	Ano	Instituição	Natureza do Trabalho
01	SILVA, Francisca Natália da	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: A implementação do Programa Brasil Profissionalizado em Mossoró/RN	2016	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Dissertação (Mestrado Acadêmico)
02	LAMENHA, Melyna de Alemida	A Escola Técnica do Programa Brasil Profissionalizado: Um projeto padrão para diferentes zonas bioclimáticas?	2016	Universidade Federal de Alagoas	Dissertação (Mestrado Acadêmico)

03	MARQUES, Danielle Luciano	Entre a escola unitária e a mercadológica: a trajetória para o mundo do trabalho dos egressos das EEEPs do Ceará	2016	Universidade Federal do Ceará	Dissertação (Mestrado Acadêmico)
04	VIDAL, Maria Ozirene Maia	As EEEP's no Ceará: Gestão para resultados e formação de professores	2015	Universidade Estadual do Ceará	Dissertação (Mestrado Acadêmico)
05	SILVA, Camila Ferreira da	O Programa Brasil Profissionalizado em Cena: O Estado de Alagoas como palco	2014	Universidade Federal de Alagoas	Dissertação (Mestrado Acadêmico)
06	VIANA, Cláudia Ferreira Maya	A coordenação federativa no Programa Brasil Profissionalizado	2014	Universidade de Brasília	Dissertação (Mestrado Acadêmico)
07	BRANCO, Carolina Silva Castelo	Política de Ensino Profissionalizante do Governo do Estado do Ceará (2008-2013)	2014	Universidade Estadual do Ceará	Dissertação (Mestrado Profissional)
08	TORRES JUNIOR, Cícero Vieira	Implantação dos laboratórios básicos padrão MEC/FNDE do Paraná pelo Programa Brasil Profissionalizado	2014	Universidade Federal de Juiz de Fora	Dissertação (Mestrado Profissional)
09	NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do	Financiamento e educação profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado do Pará	2012	Universidade Federal do Pará	Dissertação (Mestrado Acadêmico)
10	BEZERRA, Maria Helena Viana	Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores: Um Estudo do Curso de Especialização de Gestores das Redes Estaduais Ofertado pelo IFPR do Programa Brasil Profissionalizado	2012	Universidade Tuiuti Paraná	Dissertação (Mestrado Acadêmico)

Quadro 1 – Resultado da busca dos trabalhos sobre o Programa Brasil Profissionalizado no banco de teses e dissertações da CAPES – 2012-2016.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Banco de teses e dissertações da CAPES em 2017.

Para facilitar a compreensão dos temas centrais dessas produções, apresentamos no Quadro 2, a distribuição dos trabalhos nas quatro categorias já mencionadas. A propositura das categorias se deu em acordo com a identificação dos temas centrais das produções levantadas, e nos possibilitou uma visão geral acerca do que vem sendo discutido sobre o PBP.

A categoria 1, aloca trabalhos que, em seus temas centrais, trataram diretamente do processo de implementação do PBP, desde a criação até a sua (considerada) materialização.

No que se refere à categoria 2, dois trabalhos discutem questões referentes aos espaços físicos das unidades de educação profissional do PBP, ou seja, a posição geográfica das unidades, considerando desde a direção dos ventos em busca de um melhor aproveitamento desse recurso natural, até a disposição dos laboratórios técnicos e científicos.

Na categoria 3 foram distribuídos três trabalhos que apresentavam o cerne de suas discussões em torno da gestão do PBP, com destaque para o gerenciamento promovido pela União, assim como, a gestão promovida pelos seus entes federados.

Por fim, na categoria 4, apenas um trabalho traz abordagens referentes a concepção de ensino médio integrado, discutindo quais as circunstâncias que levaram os estudantes à escolha por essa forma de ensino e se a mesma atendeu as expectativas baseadas em uma concepção de formação humana integral.

	Autor/Ano
Implementação do PBP	SILVA, Francisca Natália da/2016
	BRANCO, Carolina Silva Castelo/2014
	SILVA, Camila Ferreira da/2014
	NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do/2012
Estrutura Física	LAMENHA, Melyna de Alemida/2016
	TORRES JUNIOR, Cícero Vieira/2014
Gerenciamento	VIDAL, Maria Ozirene Maia
	VIANA, Cláudia Ferreira Maya/2014
	BEZERRA, Maria Helena Viana/2012
Função formativa EMI	MARQUES, Danielle Luciano/2016

Quadro 2 – Categorização dos trabalhos sobre o Programa Brasil Profissionalizado disponíveis no Banco de teses e dissertações.

Fonte: Elaborado pelos Autores com base no Banco de teses e dissertações da CAPES em 2017.

Na categoria Implementação do PBP, o trabalho produzido por Silva (2016), objetivou analisar a implementação do Programa, enquanto política pública de articulação entre o ensino médio e a educação profissional, especificamente em duas escolas estaduais da Rede de Ensino de Mossoró/RN. A análise realizada, verteu sobre a qualidade da oferta, a disposição dos espaços físicos dos ambientes escolares e se os objetivos propostos pelo PBP foram atingidos. Ao final de sua pesquisa a autora conclui que “o Programa pode ser considerado como mais uma política, direcionada à formação dos jovens no Brasil, fadada à descontinuidade em um futuro próximo. ” (p.07).

A produção de Branco (2014), busca compreender o processo de implantação do PBP no Estado do Ceará, assim como, apreender os conceitos de políticas públicas. Além disso, a autora também se propõe a descrever a Política Pública de Educação e sua implantação; conhecer a filosofia de gestão das Escolas Profissionais do Estado. Em seus achados a autora, destaca que há falhas quanto a estrutura da escola, a falta de vínculo de concurso para professores e que não há oferta de formação continuada para os coordenadores envolvidos nesse programa. Contudo, aponta que o PBP vem cumprindo suas principais finalidades que são “capacitar jovens para o mercado de

trabalho e para vida, além melhorar os índices de desempenho da educação.” (p. 06).

Nos escritos de Silva (2014), a autora aborda a problemática que envolve a materialização do PBP no Estado de Alagoas, entre 2007 e 2011. Em linhas gerais, conclui que “possivelmente, no que tange às políticas federais descentralizadas para os estados, a Diretoria de Educação Profissional de nível técnico é simplesmente convocada a executá-las.” (p.177) e “um mecanismo de apaziguamento das tensões e conflitos sociais em torno da educação profissional no Brasil, transformando-se, pois, em uma resposta reformista à luta por integração entre a formação geral e a formação específica para o trabalho.” (p.180).

As discussões empreendidas por Nascimento (2012) retratam que o PBP levou para o Estado do Pará “importantes contribuições para a consolidação da rede estadual de educação profissional, verificadas na elaboração de um planejamento da gestão da educação profissional, na expansão da rede estadual” (p.07). Contudo, relata a necessidade de mais financiamento para continuidade dessa política.

Na categoria estrutura física, o trabalho de Lamenha (2016), trata da concepção de projetos arquitetônicos frente as variantes climáticas que atuam diretamente no conforto térmico dos usuários. O cerne do trabalho avalia o desempenho das unidades físicas, de um projeto padrão proposto pelo Ministério da Educação aos Estados. A avaliação se dá quanto à insolação e à ventilação natural do bloco pedagógico/ administrativo e as salas de aula. A autora conclui que o uso desse projeto padrão é inadequado em razão de que “cada lugar apresenta diferentes condições climáticas e que a arquitetura deve ser projetada de acordo com o clima” (p.07), justificado pelo fato de o Brasil apresentar variedade de climas em suas regiões.

Já o trabalho de Torres Júnior (2014), teve por objetivo investigar como se efetivou a implementação dos Laboratórios Básicos Padrão MEC/FNDE, por meio do PBP no Estado do Paraná. Esse trabalho foi distribuído nessa categoria em virtude de tratar sobre a adequação de espaço físico para a promoção da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. As constatações feitas pelo autor, esclarecem que “embora seja imprescindível para o processo pedagógico, de que dotar os estabelecimentos com tecnologias não se converte em garantia de uma educação de qualidade” (p.72) uma vez que “é necessário que a mantenedora crie as condições para que os profissionais venham a estar devidamente capacitados para a sua utilização.” (p.72).

Na categoria gerenciamento, o trabalho de Vidal (2015) traz um processo de análise sobre política gerencialista e a adoção das orientações na gestão nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) no Ceará a partir de 2008, assim como a formação dos profissionais envolvidos nessa modalidade de educação. A autora conclui “que a gestão educacional adota conceitos gerenciais próprios do campo da administração de empresas à educação” (p.07) que tem como foco a gestão por resultados, destaca que não há evidências de uma política de formação de professores com base em um currículo que promova a articulação entre educação e trabalho, e também destaca que o Ceará ocorre “uma transposição de responsabilidades do

Estado para a sociedade civil, através do terceiro setor.” (p.07).

Viana (2014), por sua vez, trata do relacionamento entre Estados e União no contexto do PBP, ou seja, busca esclarecer o processo de gerenciamento e gestão do Programa, por meio da relação União e entes federados. A conclusão apresentada por essa autora foi que a “condução prática do Programa Brasil Profissionalizado aponta a liderança da União no processo de coordenação federativa, no entanto, com presença ativa e organizada dos estados” (p.07). Assim, a análise das relações estabelecidas entre os entes, dos instrumentos utilizados para a coordenação e da visão dos gestores nacionais e estaduais da política, expõe medidas, por parte da União, “para o aperfeiçoamento do processo de coordenação federativa no campo das políticas de educação profissional.” (p.07).

O trabalho promovido por Bezerra (2012) é uma reflexão sobre um curso de especialização oferecido para gestores de Educação Profissional. Vale ressaltar que a dissertação produzida pela autora perpassa também a categoria educação integrada ao ensino médio contida no curso oferecido. Contudo, por se tratar de um curso para gestores, ou seja, de uma formação voltada para orientação no quesito gerencial da educação profissional, optou-se por classificá-la na categoria gerenciamento. A autora conclui seu trabalho destacando que os resultados de sua pesquisa “apontam que o curso de Especialização para gestores das redes estaduais de ensino, contribui para uma formação continuada.” (p.08). Todavia, relata que a problemática levantada não foi esclarecida a contento pela pesquisa, em razão de que “os instrumentos utilizados não dão conta de responder à problemática levantada” (p.08), com isso, destaca que se faz necessário uma nova abordagem estratégica que venha a dar suporte ao quesito inicialmente pensado.

Enfim, na categoria função formativa do ensino médio integrado, o trabalho de Marques (2016) discute as circunstâncias que levam os estudantes a optar por essa oferta educacional; o viés formativo seguido nessas EEEPs; e se a formação oferecida atende as expectativas de formação dos egressos. A conclusão da autora apresenta “uma escola profissional ‘motivadora’, que induz o sujeito à busca por uma qualificação como possibilidade de ascensão de classe.” (p.82). Enfatiza que, imersa em um sistema capitalista, essa formação “chega a um campo laboral contaminado pelo sistema vigente que divide o processo de trabalho ao ponto de tornar-se negativo ao trabalhador” (p.82), uma vez “este perde a posse da técnica, do intelecto e do poder de criticidade perante às condições expostas.” (p.82).

O estudo da autora aponta a escola profissional como fundamental para o jovem que almeja qualificação profissional e a conclusão do ensino médio, pois muitos deles identificam na qualificação a abertura necessária para sua inserção no mercado com vistas a contribuir, ou até mesmo, cumprir com o sustento da família. No entanto, ressalta que a proposta pedagógica oferecida pode não ser a ideal para o jovem que busca o prosseguimento de estudos, pois em razão das pressões do capitalismo, a mesma pode estar contaminada pelos preceitos desse sistema, e com isso oferecer

uma formação técnica para esses estudantes em detrimento da formação pedagógica, que é indispensável para esses sujeitos durante o processo de escolhas que a vida os submeterá.

Essa revisão da literatura, nos possibilitou um exercício reflexivo que nos permitiu a identificação de uma série de eventos políticos e sociais envoltos na trama de criação e implementação do PBP. Resultado esse, obtido em razão dos conceitos e metáforas encontrados nas linhas das produções abordadas nesse trabalho, que nos permitiu olhares múltiplos sobre o tema em questão, nos despertando para as possíveis e distintas análises que podem ser lançadas sobre um mesmo objeto de estudo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As buscas realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES, de maneira geral, revelaram que muitos são os programas e projetos desenhados como política para educação profissional no Brasil, sendo o PBP mais um deles. Assim, é fundamental avançar no exercício analítico acerca da política para educação profissional no Brasil, com vistas a identificar as ligações que ela estabelece com a política de qualificação profissional mais geral. Isso, nos fornecerão pistas que nos auxiliem a entrever a atuação do Estado brasileiro no campo da educação profissional.

Entretanto, percebemos a escassez de investigações acerca do PBP, o que torna indispensável estudos sobre o mesmo, afinal, avaliações devem ser parte integrante no processo de implantação de uma política pública.

As reflexões oriundas da análise das produções encontradas em sua maioria se debruçam sobre os processos de implantação do PBP, desde adesão ao Programa até como o planejamento de sua implantação foi sendo desdobrado em cada caso específico, demonstrando a necessidade de prosseguir em busca da compreensão dos processos de continuidades e rupturas que envolvem não só esse Programa, mas toda educação profissional do Brasil.

Isso favorece o entendimento do porquê de tantas desigualdades sociais e educacionais presentes na dinâmica social brasileira. Ademais, ressalta a importância fundamental do pesquisador em evidenciar elementos não visibilizados nas políticas educacionais para educação profissional no Brasil, pois por meio dos resultados de suas pesquisas, poderão ser propostas medidas com vistas a amenizar tais desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 77, maio 1991. p. 53-61. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a06.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017, 10:25:11.

BEZERRA, Maria Helena Viana. **Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores:**

Um Estudo do Curso de Especialização de Gestores das Redes Estaduais Ofertado pelo IFPR do Programa Brasil Profissionalizado. Dissertação (Mestrado em Educação) 2012. Disponível em <<http://tede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/551>>. Acesso em: 31 jul. 2017, 10:20:10.

BRANCO, Carolina Silva Castelo. **Política de Ensino Profissionalizante do Governo do Estado do Ceará (2008-2013).** Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3050585>. Acesso em: 31 jul. 2017, 10:13:20.

BRASIL, Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Ministério da Educação.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2017, 10:11:23.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, Diário Oficial da União, 1996.

CASTRO, A. **Planejamento da pesquisa.** São Paulo: AAC, 2001. Disponível em <<https://www.univates.br/media/Etica/leituras/Planejamento-da-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017, 09:10:30.

LAMENHA, Melyna de Alemida. **A Escola Técnica do Programa Brasil Profissionalizado: Um projeto padrão para diferentes zonas bioclimáticas?** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3050585>. Acesso em: 31 jul. 2017, 11:18:20.

MARQUES, Danielle Luciano. **Entre a escola unitária e a mercadológica: a trajetória para o mundo do trabalho dos egressos das ETECs do Ceará.** Dissertação (Mestrado em Educação) 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3672052>. Acesso em: 31 jul. 2017, 12:23:10.

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do. **Financiamento e educação profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado do Pará.** Dissertação (Mestrado em Educação) 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3519>>. Acesso em: 31 jul. 2017, 09:23:19.

SILVA, Camila Ferreira da. **O Programa Brasil Profissionalizado em Cena: O Estado de Alagoas como palco.** Dissertação (Mestrado em Educação) 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=502727>. Acesso em: 31 jul. 2017, 12:13:10.

SILVA, Francisca Natália da. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: A implementação do Programa Brasil Profissionalizado em Mossoró/RN.** Dissertação (Mestrado em Educação) 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4459114>. Acesso em: 31 jul. 2017, 10:13:20.

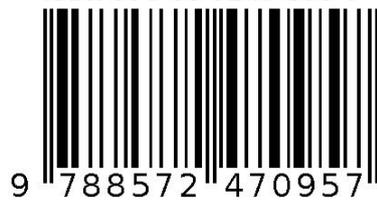
TORRES JUNIOR, Cícero Vieira. **Implantação dos laboratórios básicos padrão MEC/FNDE do Paraná pelo Programa Brasil Profissionalizado.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1750742>. Acesso em: 31 jul. 2017, 10:11:40.

VIANA, Cláudia Ferreira Maya. **A coordenação federativa no Programa Brasil Profissionalizado.** Dissertação (Mestrado em Educação) 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16937/1/2014_ClaudiaFerreiradeMayaViana.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017, 11:20:27.

VIDAL, Maria Ozirene Maia. **As ETECs no Ceará: Gestão para resultados e formação de professores.** Dissertação (Mestrado em Educação) 2015. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov>>.

br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2366013>. Acesso em: 31 jul. 2017, 11:32:10.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957